



PNUD divulga relatório de desenvolvimento humano

BRASIL É O PRIMEIRO PAÍS A ELABORAR UM DOCUMENTO DO TIPO CENTRADO NO PAPEL SOCIAL DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) investigou o potencial das atividades físicas e esportivas de enriquecer a vida das pessoas, ampliar sua liberdade de escolha e promover o desenvolvimento humano. Os resultados do estudo estão no Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2017 – Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para todas as pessoas. O documento, lançado em setembro, apontou profunda desigualdade de acesso às práticas esportivas entre grupos sociais.

Apesar de ser um direito humano, o envolvimento da população com maior renda é 71% superior à média da população adulta brasileira. Homens praticam esportes 28% mais que as mulheres. O relatório também apontou que menos de 1% das escolas é ativo.

A publicação aponta que a relação positiva entre praticar atividades físicas e esportivas (AFEs) e diversas es-

feras de desenvolvimento já está bem estabelecida. São reconhecidos os benefícios na esfera da saúde, sociabilidade, cognição, produtividade e qualidade de vida como um todo. No entanto, é baixo o nível de envolvimento das pessoas com essas práticas no país: aproximadamente 70% da população é constituída de não-praticantes.

De acordo com o relatório, nas escolas de Educação Básica, cabe ao componente curricular Educação Física proporcionar às crianças e aos jovens experiências positivas no envolvimento com as atividades físicas e esportivas, bem como os conhecimentos que permitam aos mesmos estabelecer uma relação consciente e crítica ao longo da vida. Isso porque o conjunto das experiências do movimentar-se vividas na infância e no início da juventude irá influenciar, em grande parte, a adesão dos indivíduos às AFEs, e nesse sentido elas precisam

ter significados para que sejam valorizadas e, eventualmente, incorporadas às suas vidas.

O relatório também traz dados sobre o perfil da prática esportiva no Brasil e recomendações aos governos nas áreas de saúde, educação, esporte e desenvolvimento humano. O PNUD afirma que praticar atividades físicas e esportivas é um direito das pessoas, não um dever. Mostra que essa prática tem valor em si mesma e pode proporcionar desenvolvimento humano quando se dá no tempo livre. Desse modo, as atividades físicas no âmbito doméstico, ocupacional e de deslocamento não necessariamente resultam em mais saúde para as pessoas. Ao contrário, podem apresentar maior incidência de exaustão e lesões.

“Somente haverá desenvolvimento humano pelo esporte quando a prática for fruto de decisão livre e consciente das pessoas, sem limitações de tempo, de renda ou de oportunidades”, ressalta Niky Fabiancic, Coordenador-Residente do Sistema ONU e Representante-Residente do PNUD no Brasil.

Outro alerta importante trata da necessidade de rever a pedagogia do medo como indutora de atividade física. A prática motivada somente pelo medo de desenvolver doenças pode garantir um envolvimento inicial, mas não sustenta o envolvimento no médio e no longo prazo.

“Somente haverá desenvolvimento humano pelo esporte quando a prática for fruto de decisão livre e consciente das pessoas, sem limitações de tempo, de renda ou de oportunidades”

“As pessoas podem e devem ser livres para dar significado ao seu envolvimento com as atividades físicas e esportivas de maneira ampla e diversa. Praticá-las pode ser sinônimo de saúde, mas também de relaxamento, aptidão física, competição, sociabilidade, diversão, risco e excitação, catarse, beleza corporal, dentre outros”, afirma Didier Trebucq, Diretor de País do PNUD no Brasil.

DADOS MOSTRAM DESIGUALDADE NO ACESSO ÀS ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS

O relatório revela que as disparidades de raça, gênero, renda, escolaridade e geracionais presentes na sociedade brasileira se reafirmam quando o assunto é oportunidade de acesso às atividades físicas e esportivas. Mulheres, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade social, com baixa escolaridade, negros e pessoas com deficiência são os que possuem mais baixos índices de prática esportiva no Brasil.

Os homens brasileiros têm 28% mais probabilidade do que as mulheres de praticar esportes. A parcela da população com mais de 5 salários mínimos pratica o dobro de atividades físicas e esportivas, se comparada àquela com renda de até ½ salário mínimo, e pratica até 71% a mais que a média das pessoas adultas no Brasil. Os brancos praticam 12% mais atividades físicas e esportivas que os negros.

A população de 15 a 17 anos tem 94% mais probabilidade de prática que aquela acima de 60 anos. O segmento mais escolarizado do país tem um

envolvimento três vezes maior que o menos escolarizado, e as mulheres sem instrução são as que menos praticam, chegando a 57% a menos que a média da população adulta brasileira.

O presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber, e o Conselheiro do CREF4/SP, Humberto Panzetti [CREF 025446-G/SP], participaram do Conselho Assessor, grupo que teve o importante papel de orientar os rumos do RDH, validando a nota conceitual do relatório e fazendo observações a respeito das temáticas a serem abordadas na análise.

Tenha acesso à íntegra do relatório em www.confef.com/382